



ELEIÇÕES 2010

Verde, só no nome

Partido cotado para acolher Marina Silva na disputa pelo Planalto defende o meio ambiente mais nos discursos do que na prática no Congresso

» FLÁVIA FOREQUE
» MIRELLA D'ELIA

Principal bandeira do Partido Verde (PV), a defesa do meio ambiente aparece diluída na atuação dos políticos filiados à legenda. Embora a agremiação tenha em seus quadros parlamentares ligados à causa verde, como o deputado federal José Sarney Filho (MA), que chefiou o Ministério do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique Cardoso, políticos — alguns do próprio PV — avaliam que o tema não é tão recorrente na bancada e que, muitas vezes, o engajamento ecológico fica apenas no discurso. De fato, os 14 deputados do PV apresentaram 62 projetos este ano — dos quais apenas 10 (16%) são associados à causa ambiental.

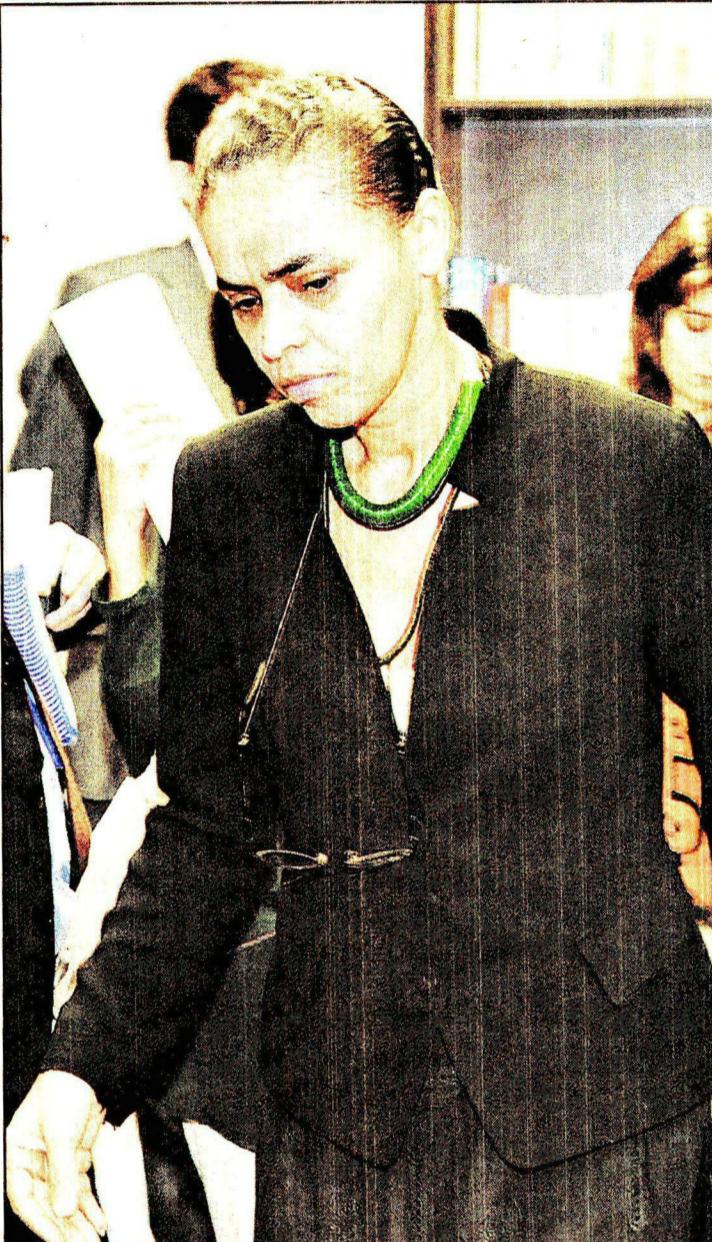
O PV ganhou espaço na mídia depois que veio à tona o namoro da ex-ministra do Meio Ambiente e senadora Marina Silva (PT-AC) com o partido, que pode ser escolhido por ela para emplacar uma candidatura à presidência da República em 2010. Os petistas esboçaram reação ao movimento da senadora, cuja trajetória política é historicamente ligada a questões ambientais (leia Personagem da notícia).

“Eu não vejo isso como um foco básico dos parlamentares. O PV deveria ser mais agressivo em

16%

Percentual de projetos apresentados pelo PV este ano que tratam de temas ecológicos

Paulo H. Carvalho/CB/D.A Press - 3/7/09



Marina: especialistas apontam dificuldades em eventual campanha

Dinheiro público

O fundo partidário é disciplinado pela Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95). Ele é alimentado com dinheiro público, que vem do Orçamento da União, e distribuído mensalmente às legendas de forma proporcional, de acordo com a bancada aprovada na Câmara dos Deputados na última eleição. Além dos recursos do Orçamento, o fundo também recebe dinheiro que vem de multas aplicadas a partidos e políticos que foram flagrados pela Justiça Eleitoral fazendo propaganda irregular. Legendas que tiverem as contas rejeitadas ou que não prestarem esclarecimentos são penalizadas com suspensão das cotas do fundo partidário.

Músculos

Especialistas ouvidos pelo Correio avaliam que o PV não tem musculatura suficiente para, sozinho, levar Marina Silva ao Planalto. O partido abocanhou, este ano, apenas uma pequena fatia do fundo partidário. E terá pouco tempo de propaganda eleitoral na TV para vender o seu peixe. Para piorar, a questão ambiental não figura entre as preocupações da maioria do eleitorado.

Para o cientista político Murillo de Aragão, a não ser que uma surpresa mude o cenário, a disputa, em 2010, ficará mesmo polarizada entre PT e PSDB. “Ela vai ter que remar contra a corrente, em uma campanha com pouco tempo de TV, pouco dinheiro e com um discurso que não tem uma pegada popular,

exceto junto à elite. Precisaria de mais do que isso para ser uma supercandidata”, diz.

Professor da Universidade de Brasília (UnB), Octaciano Nogueira acredita que lançar o nome de Marina Silva para fazer frente à candidatura da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) é louvável. Mas ressalta: seria apenas para marcar posição. “O discurso verde só vai ter apoio popular quando o partido conseguir mostrar que, sem a melhoria do meio ambiente, as pessoas sequer conseguem sobreviver.”

www.correobraziliense.com.br



Faça seu comentário sobre este assunto na reportagem publicada no site do Correio

A questão ambiental é também saúde, segurança pública, política internacional”, rebate.

Para o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), a causa verde não pode ser atribuída apenas ao PV. “O partido que tem maior tradição na defesa do meio ambiente no Brasil é o PT. Temos laços históricos com a luta ambientalista no país”, alfineta. Ele cita a sanção da MP da Amazônia como exemplo do interesse do governo na

questão. A medida provisória 458 trata da regularização fundiária de 67,4 milhões de hectares na Amazônia. “Os ambientalistas pediram para o presidente vetar alguns itens e ele vetou”, acrescenta. Lula derrubou na íntegra artigo que permitia a transferência de terras para empresas e pessoas que não viviam na região, mas exploravam a área por meio de terceiros. Mas o texto ainda é criticado por ambientalistas.